



**AGENTE
DEGASE**
RIO DE JANEIRO

**AGENTE
DEGASE**
RIO DE JANEIRO

Simulado Final

DEGASE RJ

Agente Administrativo

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **DEGASE-RJ**, cargo de **Agente Administrativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FQ8ysL1kGajQL4h67>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/jX51>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Texto 1**

A falsificação de bebidas alcoólicas representa um desafio recorrente para a saúde pública e para a segurança do consumidor. No dia 30 de setembro, a Polícia Civil do Estado de São Paulo realizou uma operação em Americana, interior paulista, que resultou na apreensão de mais de 17,7 mil produtos. A ação, conduzida pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), teve como foco combater a pirataria e a adulteração de bebidas, prática diretamente associada a riscos graves de intoxicação, especialmente quando envolve o uso de metanol.

Durante o cumprimento de mandados em três endereços, incluindo uma chácara localizada no bairro Bosque dos Ipês, os policiais identificaram um esquema de produção clandestina de uísque, gim e vodca. No local, foram encontradas garrafas vazias, bombas utilizadas no processo de envase e diferentes substâncias líquidas. Apesar de não ter sido constatada a presença de metanol entre os materiais apreendidos, as evidências revelam uma cadeia de falsificação organizada. Como resultado imediato da operação, duas pessoas foram presas e responderão por crimes contra a propriedade material, contra a saúde pública e contra as relações de consumo.

O contexto em que a operação ocorreu é particularmente preocupante, já que o Estado de São Paulo enfrenta uma série de casos de intoxicação por bebidas adulteradas com metanol. Até o final de setembro, três mortes haviam sido confirmadas. O primeiro caso envolveu um homem de 54 anos, que apresentou sintomas em 9 de setembro e faleceu dias depois, na capital paulista. O segundo óbito ocorreu em 18 de setembro, quando um homem de 48 anos, residente em Itu, não resistiu após ser socorrido em São Bernardo do Campo. O terceiro registro foi confirmado em 28 de setembro: um homem de 45 anos, também em São Bernardo, faleceu em decorrência da ingestão da substância tóxica.

Esses episódios evidenciam a dimensão do risco sanitário provocado pela circulação de bebidas adulteradas. O metanol, substância altamente tóxica, pode causar desde cegueira irreversível até falência de

múltiplos órgãos, mesmo em pequenas doses. O consumo inadvertido de produtos falsificados, portanto, transforma-se em uma ameaça concreta à saúde coletiva. Nesse cenário, as operações policiais ganham relevância não apenas pelo aspecto repressivo, mas também pelo caráter preventivo de reduzir a oferta desses produtos no mercado clandestino.

Conclui-se que a falsificação de bebidas e a presença de metanol em sua composição representam um grave problema social, cuja solução exige ações integradas. A repressão policial deve ser acompanhada por estratégias de fiscalização sanitária, campanhas educativas e políticas públicas voltadas à conscientização do consumidor. Somente com uma atuação conjunta será possível reduzir os riscos e mitigar os efeitos da circulação de bebidas adulteradas no Estado de São Paulo.

1. Assinale a alternativa em que a inferência apresentada esteja incorreta.

- a) A falsificação de bebidas alcoólicas em São Paulo está ligada a riscos graves de saúde pública.
- b) A produção clandestina ocorre de forma estruturada e organizada.
- c) A ausência de metanol nos materiais apreendidos não elimina a existência de outros núcleos de adulteração.
- d) Os casos de mortes permitem supor que houve falha humana no manejo de fabricantes de cerveja.
- e) O combate a esse crime exige integração entre segurança pública e fiscalização sanitária.

2. Observe o trecho “Durante o cumprimento de mandados em três endereços, incluindo uma chácara localizada no bairro”. O termo em destaque está empregado como:

- a) advérbio de tempo
- b) preposição acidental
- c) preposição essencial
- d) conjunção subordinativa
- e) conjunção coordenativa

3. *O contexto em que a operação ocorreu é particularmente preocupante, já que o Estado de São Paulo enfrenta uma série de casos de intoxicação por bebidas adulteradas com metanol.*

Podemos afirmar que o período acima possui:

- a) três períodos simples.
- b) um período composto por duas orações.
- c) um período composto por três orações.
- d) dois períodos compostos por subordinação
- e) apenas uma oração subordinada.

4. Assinale abaixo a frase em que o acento grave esteja bem empregado.

- a) À noite estava maravilhosa quando o tempo fechou.
- b) Eu sempre visito à casa dos meus padrinhos.
- c) O avião sempre sobrevoa àquela região.
- d) Ele viu à série que acabou de estreiar.
- e) Todos decidiram atender às crianças em seus pedidos.

5. O segundo óbito ocorreu em 18 de setembro, quando um homem de 48 anos, residente em Itu, não resistiu após ser socorrido em São Bernardo do Campo.

O verbo destacado acima pode ser sintaticamente classificado como:

- a) intransitivo.
- b) transitivo direto.
- c) transitivo indireto.
- d) verbo de ligação.
- e) transitivo direto e indireto.

6. Assinale a única alternativa em que se respeita o emprego adequado da colocação pronominal.

- a) A esperança na dignidade humana hoje sustenta-me, ainda quando a desilusão insiste em derrubar-me.
- b) A confiança no próximo é virtude que, cultivada, enobrece-o e também transforma quem a concede-lhe.
- c) O valor da palavra dada é herança moral que vincula-nos ao outro e obriga-**nos** a preservar a verdade.
- d) A fé no ser humano não se reduz a mero ideal abstrato: é força concreta que anima-o e engrandece-lhe o espírito.
- e) Mesmo diante da corrupção e da mentira, a confiança, quando exerce-se, fortalece-me e impele-nos a acreditar no bem.

7. O consumo inadvertido de produtos falsificados, portanto, transforma-se em uma ameaça concreta à saúde coletiva.

O conectivo destacado acima poderia ser corretamente substituído, com manutenção do sentido no contexto, por:

- a) dado que
- b) contudo
- c) não obstante a isso
- d) em detrimento disso
- e) pois

8. O segmento destacado abaixo, extraído do texto 1, pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica

sintática:

“O metanol, substância altamente tóxica, pode causar desde cegueira irreversível”

pW (=Wçp) – + Wp

“O consumo de álcool, prática comum em diversas culturas, provoca sérios danos aos indivíduos mais vulneráveis”.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente o segmento destacado no período a seguir:

- a) ppW + p (= wp+WW) – pp + pW ç p
- b) pW + W (= Wp+WW) – pp + pW ç p
- c) ppW + p (= Wp+WW) – Wp + pW ç p
- d) pW + W (= Wp+pW) – pW + pW ç p
- e) pW + W (= Wpp+Wp) – Wp + pW ç p

9. Assinale a única alternativa em que o enunciado não esteja totalmente livre de incorreções quanto à concordância.

- a) A intoxicação alimentar, causada pela ingestão de alimentos contaminados por bactérias, vírus ou toxinas, manifestam-se de forma abrupta e pode comprometer seriamente a saúde do indivíduo, exigindo intervenções médicas imediatas.
- b) Em muitos casos, a intoxicação alimentar decorre da manipulação inadequada de alimentos, situação que evidencia a necessidade urgente de políticas públicas de educação sanitária voltadas à população em geral.
- c) Os sintomas mais recorrentes da intoxicação alimentar, como náuseas intensas, vômitos persistentes e diarreia aguda, revelam a gravidade da contaminação e o risco potencial de desidratação em curto espaço de tempo.
- d) A ocorrência de surtos coletivos de intoxicação alimentar em ambientes como escolas, restaurantes e hospitais expõe fragilidades na cadeia de fiscalização e controle sanitário de alimentos.
- e) A intoxicação alimentar, embora muitas vezes associada a episódios passageiros, pode evoluir para complicações sérias, principalmente em crianças, idosos e pessoas imunossuprimidas, grupos considerados mais vulneráveis.

10. Em relação aos processos de formação de palavras, podemos afirmar que o termo ‘recorrente’ foi formado por:

- a) derivação prefixal.
- b) derivação prefixal e sufixal.
- c) derivação sufixal.
- d) composição por justaposição.
- e) derivação regressiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

11. Um grupo de cinco adolescentes — Ana, Bruno, Carlos, Diana e Eduardo — participa de um programa de atividades do DEGASE, no qual cada um deve realizar uma tarefa diferente: organizar livros, revisar documentos, limpar quadros, distribuir materiais e verificar listas de presença. As seguintes informações são conhecidas:

- Se Ana organiza livros, então Carlos distribui materiais.
- Bruno limpa quadros se Diana verifica listas de presença.
- Eduardo revisa documentos se Ana não organiza livros.
- Se Carlos distribui materiais, então Bruno não limpa quadros.

Sabendo que Diana verifica listas de presença, qual das alternativas apresenta corretamente a tarefa de cada adolescente?

- a) Ana organiza livros; Bruno limpa quadros; Carlos distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- b) Ana não organiza livros; Bruno limpa quadros; Carlos não distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- c) Ana organiza livros; Bruno limpa quadros; Carlos não distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- d) Ana organiza livros; Bruno não limpa quadros; Carlos não distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- e) Ana não organiza livros; Bruno não limpa quadros; Carlos distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.

12. Em uma escola atendida pelo DEGASE, 120 jovens participam de três oficinas: Música (M), Esportes (E) e Teatro (T). Sabe-se que:

- 50 participam de Música, 70 de Esportes e 40 de Teatro.

- 20 participam de Música e Esportes; 10 de Música e Teatro; 15 de Esportes e Teatro.

- 5 participam das três oficinas.

Se um jovem for escolhido aleatoriamente, qual a probabilidade de ele participar apenas de uma oficina?

a) $\frac{5}{24}$

b) $\frac{1}{4}$

c) $\frac{3}{8}$

d) $\frac{11}{24}$

e) $\frac{17}{24}$

13. Um agente do DEGASE precisa organizar fichas de atendimento numeradas de forma sequencial em uma prateleira. A sequência começa em 3 e segue uma progressão aritmética de razão unitária até a ficha 123. Se o agente decide retirar da prateleira todas as fichas que correspondam a múltiplos de 4, quantas fichas permanecerão na prateleira?

a) 89

b) 90

c) 91

d) 92

e) 93

14. Em uma atividade de planejamento, três setores do DEGASE (A, B e C) devem distribuir uniformemente tarefas entre os adolescentes. O setor A recebe o dobro de tarefas que o setor B, e o setor C recebe um a menos que a soma das tarefas de A e B. Sabe-se que, ao todo, foram distribuídas 41 tarefas. Quantas tarefas cada setor recebeu?

a) A: 16, B: 8, C: 17

b) A: 18, B: 9, C: 14

c) A: 20, B: 10, C: 11

d) A: 14, B: 7, C: 20

e) A: 12, B: 6, C: 23

15. O DEGASE vai organizar um mutirão com 5 pessoas escolhidas entre 8 candidatos disponíveis, 3 adultos e 5 adolescentes. Além disso, eles decidiram que a primeira pessoa selecionada deve ser maior de idade. Quantas combinações diferentes de equipes podem ser formadas, respeitando a condição acima?

- a) 105
- b) 110
- c) 120
- d) 135
- e) 140

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

16. De acordo com a teoria geral dos Direitos Humanos, sobre seu conceito e terminologia, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos humanos asseguram uma vida digna a toda pessoa humana, independentemente de seu país de origem, sendo aqueles previstos pela Constituição de cada Estado.
- b) Os direitos individuais, civis e políticos, como o direito à liberdade de expressão, são direitos de segunda geração.
- c) Os direitos sociais pertencem à segunda geração de direitos humanos, a exemplo do direito ao meio ambiente.
- d) O direito à vida não é absoluto, mas há estímulo à vedação à pena de morte, inclusive que essa seja reservada aos crimes mais graves.
- e) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios.

17. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) prevê trinta artigos sobre direitos humanos a serem universalizados no contexto global. Assinale a alternativa em desacordo com as disposições da Declaração.

- a) Nenhum ser humano poderá ser preso, detido, ou exilado sem que haja o devido processo legal, de forma arbitrária.
- b) Já no texto da Declaração, assegura-se que todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada.
- c) Pelo princípio da anterioridade da Lei, não será imposta pena mais distinta do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.
- d) O indivíduo perderá seu direito de invocar o gozo de asilo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- e) No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei.

18. No que concerne ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, julgue os itens a seguir.

- I. Prevê, expressamente, o dever dos Estados Partes de assegurarem a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que seu texto enumera.
- II. Há previsão quanto ao direito ao descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho, bem como sobre férias periódicas remuneradas e a remuneração dos feriados.
- III. A educação primária e a educação secundária deverão ser obrigatórias e acessíveis gratuitamente a todos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

19. Quanto à Convenção sobre os Direitos da Criança, leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa incorreta.

- a) A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.
- b) Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.
- c) Não será imposta a pena de morte nem a prisão perpétua sem possibilidade de livramento por delitos cometidos por menores de dezoito anos de idade.
- d) Os Estados Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança.
- e) Para efeitos da presente Convenção, considera-se criança todo ser humano com menos de doze anos de idade.

20. Sobre a aplicação das medidas socioeducativas, assinale a alternativa que apresenta corretamente os princípios que norteiam o cumprimento da medida de internação, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90.

- a) brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) celeridade, absoluta prioridade e ressocialização.
- c) proteção integral, municipalização e excepcionalidade.
- d) superior interesse, brevidade e celeridade.
- e) celeridade, proteção integral e excepcionalidade.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

21. O art. 18 do Código Penal estabelece que se considera culposo o crime “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia”.

Tendo isso em conta, e de acordo com a teoria do crime, assinale a alternativa que traz um elemento do tipo penal culposo:

- a) obrigação específica de proteção, cuidado ou vigilância em relação à vítima.
- b) resultado efetivamente previsto pelo agente.
- c) involuntariedade na conduta.
- d) tipicidade.
- e) voluntariedade do resultado.

22. Felipe e André sequestraram Mariana, esposa de um influente empresário da região, com o objetivo de exigir do marido da vítima uma alta quantia em dinheiro como condição para o resgate. Em 12.02.2025, os autores capturaram Mariana na saída do trabalho e a mantiveram em um cativeiro até 17.05.2025, quando foi libertada em uma área de mata. No entanto, em 11.03.2025, enquanto a vítima ainda estava em poder dos sequestradores, entrou em vigor uma nova lei penal que alterou a pena prevista para o crime de extorsão mediante sequestro.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado, desde que a alteração seja benéfica aos agentes.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado, pois é posterior ao fato.
- d) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado, pois se aplica a lei vigente no início da permanência.
- e) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado, pois se trata de crime continuado.

23. Em um estabelecimento prisional, o detento Bruno, após se desentender com o policial penal Ricardo, desferiu neste último cinco facadas, com dolo de matar. O fato ocorreu porque o policial penal havia se negado a permitir o ingresso de itens proibidos por lei. A vítima até chegou a ser socorrida, mas não resistiu e veio a falecer em razão dos ferimentos provocados por Bruno.

Atento ao caso narrado, Bruno deverá responder por:

- a) homicídio doloso qualificado.
- b) homicídio doloso simples, majorado por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional.
- c) homicídio doloso simples, sem majoração.
- d) Lesão corporal seguida de morte, majorada por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional.
- e) Lesão corporal seguida de morte, sem majorantes.

24. Determinado agente socioeducativo exigiu da mãe de um interno a quantia de R\$ 100,00 a fim de liberar o ingresso de um bolo de cenoura no estabelecimento. A mãe do adolescente, revoltada, não pagou a quantia exigida e comunicou o fato à corregedoria do órgão.

Nesse caso, a conduta do agente público configura:

- a) corrupção passiva tentada.
- b) corrupção passiva consumada.
- c) corrupção ativa consumada.
- d) concussão tentada.
- e) concussão consumada.

25. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O excesso nas excludentes de ilicitude é sempre punível, ainda que acidental.
- b) Aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez voluntária ou culposa deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato.
- c) considera-se em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- d) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- e) será isento de pena aquele que praticar o fato em situação de embriaguez acidental completa, que retire totalmente a capacidade do agente.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

26. Felipe é brasileiro nato e mora no Brasil. Porém, em virtude de seu trabalho, mudará para o país "X", onde residirá. Ocorre que, referido país "X" impõe, por meio de suas normas, como condição para permanência em seu território, a naturalização de Felipe – o que será feito por ele.

Nesse caso, Felipe

- a) não perderá a sua nacionalidade brasileira, apenas se voltar a residir no Brasil e optar, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.
- b) terá declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, assim que adquirir a outra nacionalidade.
- c) ficará com a nacionalidade brasileira suspensa até que deixe de trabalhar no local.
- d) terá declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, se permanecer no país estrangeiro por mais de um ano contínuo.
- e) não perderá a sua nacionalidade brasileira.

27. A respeito das competências concorrentes, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado-membro somente pode disciplinar a matéria se a União tiver editado normas gerais a respeito da respectiva temática.
- b) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, mas deve observar as normas gerais editadas pela União e, à falta destas, poderá legislar de forma plena.
- c) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com normas federais, deve prevalecer a norma estadual, considerando o princípio da especificidade do interesse.
- d) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com a norma geral editada posteriormente pela União, a norma estadual será considerada revogada.
- e) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, caso venha a ser autorizado pela União, devendo prevalecer a norma de maior hierarquia caso haja conflito com normas federais ou municipais.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL -
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
OS DIREITOS DAS CRIANÇAS – DECRETO Nº
99.710 DE 22/11/1990. DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS –
RESOLUÇÃO 217 A (III) ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS – 10/12/1948.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
DAS CRIANÇAS – 20/11/1959 – UNICEF –
RATIFICADA PELO BRASIL EM 24 DE
SETEMBRO DE 1990. DECRETO Nº 42.715 DE
23 DE NOVEMBRO DE 2010 – PLANO DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO
GOVERNO DO ESTADO.**

Géssica Ehle

28. De acordo com a teoria geral dos Direitos Humanos, sobre seu conceito e terminologia, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as crianças, à exceção daquelas havidas fora do casamento, serão credoras dos direitos previstos pela Declaração, sem distinção ou

discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

- b) Desde a concepção, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.
- c) A criança terá direito a receber educação, que será gratuita, mas não compulsória, no grau primário.
- d) A Declaração prevê expressamente que, para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão.
- e) A criança será sempre, em quaisquer circunstâncias, a primeira a receber proteção e socorro.

29. A partir do que prevê o Decreto nº 42.715, de 23 de novembro de 2010, o Plano de Atendimento Socioeducativo do Governo do Estado do Rio de Janeiro se propõe a atuar tendo por base algumas diretrizes, julgue os itens a seguir buscando encontrar aquelas que se encontram expressas pelo texto.

- I. A atuação em linha com as normas e planos, estabelecidos e formulados pelos conselhos de Direitos nos três níveis da Federação.
- II. A criação e manutenção de programas específicos de execução direta no âmbito estadual, provendo ainda apoio institucional, técnico e financeiro ao atendimento desenvolvido nos municípios por organizações governamentais e não governamentais.
- III. A municipalização das ações socioeducativas priorizando a privação de liberdade.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL -
DECRETO Nº 43.583 DE 11 DE MAIO DE 2012 –
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER
EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.**

Tiago Zanolla

30. Consoante o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) O servidor deve tratar com urbanidade os usuários dos serviços, respeitando limitações, mas essa obrigação restringe-se apenas a pessoas idosas e com deficiência.
- b) O servidor pode utilizar informações privilegiadas obtidas no exercício da função em benefício próprio, desde que não haja prejuízo à Administração Pública.
- c) O servidor deve respeitar a hierarquia funcional, mas pode representar contra práticas indevidas ou denunciar condutas contrárias às normas de conduta.
- d) É permitido ao servidor usar do cargo para obter favorecimento, desde que não haja vantagem patrimonial.
- e) O servidor pode se afastar de suas atribuições para atender interesses particulares, desde que comunique previamente seu superior imediato.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. No que se refere à centralização, descentralização, concentração e desconcentração da atividade administrativa, assinale a opção correta.

- a) A descentralização administrativa ocorre quando a mesma pessoa jurídica distribui internamente suas competências entre diversos órgãos hierarquicamente subordinados, sem que haja criação de novas pessoas jurídicas.

b) A centralização administrativa é caracterizada quando a execução das atividades estatais é realizada diretamente pela Administração Direta, por meio de seus órgãos, sem delegação a entidades da Administração Indireta.

c) A desconcentração administrativa corresponde à transferência de execução de serviços públicos da União para os Estados e Municípios, por meio de convênios ou contratos de gestão.

d) A descentralização por serviços ou outorga ocorre quando uma entidade da Administração Direta cria órgãos públicos para melhor desempenhar as suas finalidades, mantendo a execução centralizada.

e) A concentração administrativa ocorre quando há a criação de novas entidades da Administração Indireta, com personalidade jurídica própria, para executar funções descentralizadas do Estado.

32. Sobre os requisitos, atributos, classificação e espécies dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) A finalidade é requisito essencial de todo ato administrativo, mas pode ser alterada pelo administrador desde que exista justificativa de conveniência, sem necessidade de previsão legal específica.

b) A presunção de legitimidade garante que os atos administrativos sejam considerados válidos até prova em contrário, o que autoriza sua execução imediata pelo particular sem possibilidade de contestação judicial.

c) Atos administrativos normativos têm como característica a imposição de sanções disciplinares, como a demissão de servidor público por infração funcional.

d) Atos enunciativos, como certidões e pareceres, não têm caráter vinculante e servem para atestar ou declarar uma situação de fato ou de direito.

e) Atos administrativos de gestão expressam a supremacia do Estado sobre o particular, impondo obrigações independentemente da concordância do administrado.

33. No que se refere aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O poder disciplinar possibilita à Administração aplicar sanções a servidores e particulares que mantenham vínculo jurídico específico com o Poder Público, em razão de infrações funcionais.
- b) O poder hierárquico permite a distribuição e escalonamento de funções entre órgãos e agentes, bem como a delegação e avocação de competências, mas não autoriza a revisão de atos praticados por subordinados.
- c) O poder regulamentar consiste em editar normas primárias, com força de lei, destinadas a complementar a atuação do Legislativo, podendo inovar no ordenamento jurídico.
- d) O poder de polícia não admite discricionariedade, devendo sempre ser exercido de forma vinculada, em razão de sua natureza coercitiva.
- e) O poder hierárquico é exercido apenas no âmbito da Administração Direta, não alcançando as entidades da Administração Indireta.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓQUIO). REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE RECLUSOS (REGRAS DE NELSON MANDELA). DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL, 1990 (DIRETRIZES DA RIAD). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE - 1990. LEI Nº 4.898/65 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE. LEI Nº 9.455/97 - LEI DE TORTURA. LEI DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO.

Géssica Ehle

34. As Regras de Bangkok, ou Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas, preenchem um conjunto de regras, à exceção de uma, assinale-a:

- a) Onde visitas íntimas forem permitidas, mulheres presas terão acesso a este direito do mesmo modo que os homens.
- b) Há previsão expressa sobre o direito de visitas de filhos/as, podendo, onde possível, incentivar-se visitas que permitam sua permanência prolongada.
- c) Uma das grandes lacunas presentes nas Regras trata-se da ausência de previsão quanto ao direito à educação e orientação vocacional que prepare adolescentes privadas de liberdade para o retorno à vida em sociedade.
- d) Ainda que o ambiente não seja o mais indicado à estada de crianças e adolescentes, mulheres presas não deverão ser desestimuladas a amamentar seus filhos/as, salvo se houver razões de saúde específicas para tal.

e) Mulheres presas que relatarem abusos deverão receber imediatamente proteção, apoio e aconselhamento, e suas alegações deverão ser investigadas por autoridades competentes e independentes, com pleno respeito ao princípio de confidencialidade.

35. Nos termos da Lei nº 9.455/1997, lei que define os crimes de tortura, leia as assertivas a seguir correspondentes à tipificação do crime de tortura.

I. Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão, de terceira pessoa.

II. Constranger alguém com emprego de violência, causando-lhe sofrimento físico para provocar omissão de natureza criminosa.

III. Submeter alguém, sob sua guarda, com emprego de violência, a intenso sofrimento mental como forma de aplicar castigo pessoal.

É considerado crime de tortura o que prevê:

a) Apenas a I.

b) I e II.

c) II e III.

d) Todas as assertivas.

e) Nenhuma das assertivas.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

36. A respeito da guarda dos filhos menores e as regras previstas na legislação, analise os itens abaixo:

I - A guarda será unilateral ou compartilhada.

II - Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua.

III - Compreende-se por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

IV - Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma igualitária com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

Está(ão) correto(s) os itens:

a) Todas.

b) Apenas I, II e III.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas I e II.

e) Apenas III e IV.

37. Sobre as questões envolvendo a tutela, marque a correta:

a) Os filhos menores são postos em tutela com o falecimento de um dos pais, ou sendo estes julgados ausentes.

b) Os filhos menores são postos em tutela em caso de os pais decaírem do poder familiar.

c) O direito de nomear tutor compete ao juiz.

d) A nomeação de curador deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.

e) Aos irmãos órfãos dar-se-á tantos tutores quanto forem os irmãos.

38. Quando ocorre problemas no casamento e em virtude da busca pela proteção dos filhos, marque a alternativa que está correta:

- a) A guarda unilateral requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar;
- b) A guarda compartilhada, poderá ser decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, mas nunca em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe, pois estaria ferindo a dignidade do menor.
- c) Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos genitores, regular de maneira diferente da estabelecida na legislação a situação dos filhos para com os pais.
- d) O pai ou a mãe que contrair novas núpcias perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retomados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente.
- e) O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, não poderão fiscalizar sua manutenção e educação.

39. No que se refere ao instituto da filiação, analise cada alternativa e marque a que estiver correta:

- a) Os filhos havidos, desde que da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- b) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos até trezentos e sessenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- c) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.
- d) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não ilide a presunção da paternidade.
- e) Basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.

40. Sobre o reconhecimento de filhos:

- a) O filho havido fora do casamento só pode ser reconhecido pelos pais conjuntamente.
- b) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é revogável e será feito, dentre outras opções, no registro do nascimento ou por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;
- c) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, poderá residir no lar conjugal independentemente do consentimento do outro.
- d) São eficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.
- e) Quando a maternidade constar do termo do nascimento do filho, a mãe só poderá contestá-la, provando a falsidade do termo, ou das declarações nele contidas.

LEIS ESPECIAIS*Géssica Ehle*

41. De acordo com a Lei n. 12.594/12, o Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. Quanto aos objetivos pertinentes às medidas socioeducativas, assinale a alternativa que não compreenda uma delas.

- a) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional.
- b) responsabilizar o adolescente de modo que, sempre que possível, incentive-se a reparação do ato infracional.
- c) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento.
- d) a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos.
- e) a brevidade da medida em resposta ao ato infracional cometido pelo adolescente infrator.

42. Quanto à Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do adolescente, e o procedimento a ser implementado frente ao processo de adoção, para a habilitação de pretendentes à adoção domiciliados no Brasil, será exigida a apresentação de petição inicial na qual conste:

- I. sua qualificação completa, incluindo dados familiares.
- II. certidão de antecedentes criminais.
- III. atestados que comprovem sua sanidade física e mental.
- IV. comprovar renda de, no mínimo, 2 salários mínimos, demonstrando que possam promover sustento, qualidade de vida ao adotando.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I, II e IV
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV
- e) II e IV

43. O artigo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a Lei defende a proteção integral de crianças e adolescentes. Nos termos da atual redação da Lei nº 8.069/1990, é possível afirmar que se pretende a busca por uma sociedade que:

- a) vise à implementação de uma doutrina retributiva, sobretudo na aplicação das medidas socioeducativas.
- b) preserve a autonomia do grupo familiar, detentor do poder familiar, quando da efetivação de seus interesses e, sempre que alinhados, de sua prole.
- c) reconheça crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, carecedores de prioridade a ser promovida pela família, comunidade, sociedade e poder público.
- d) tutele os interesses de crianças e adolescentes sob a perspectiva de que são seres em desenvolvimento, objetos da ação do poder familiar.
- e) almeje impor penas àqueles que, de qualquer forma, praticarem condutas comissivas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, aos seus direitos fundamentais, excetuados quaisquer atentados.

44. A partir do texto das Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), assinale a alternativa incorreta.

- a) As instalações sanitárias devem ter uma qualidade e permitir que cada adolescente possa satisfazer as suas necessidades fisiológicas com privacidade, higiene e dignidade.
- b) Sem distinção, todos os adolescentes devem ter o direito a receber formação profissional em ocupações que possam prepará-los(as) para um futuro emprego.
- c) Todo(a) adolescente em idade escolar obrigatória tem direito a uma educação adequada às suas necessidades e aptidões, que deverá ser oferecida dentro da unidade socioeducativa.
- d) A todos os adolescentes será assegurado o direito a um período de tempo adequado para exercícios diários, ao ar livre, sempre que o clima permitir.
- e) Assim que derem entrada na unidade socioeducativa, todos os adolescentes terão direito de serem examinados(as) por um(a) médico(a), com o objetivo de registrar quaisquer indícios de maus-tratos anteriores e identificar qualquer condição física ou mental que exija atenção médica.

45. Nos termos da Resolução CNJ nº 165/2012, que dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas, julgue os itens a seguir.

- I. A guia de execução definitiva de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade é a que se refere ao decreto de internação cautelar.
- II. Pelo disposto expressamente, nenhum adolescente poderá ingressar ou permanecer em unidade de internação ou semiliberdade sem ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- III. A execução da medida socioeducativa deverá ser processada em autos próprios, formados pela guia

de execução e documentos que a acompanham, obrigatoriamente, sendo admitido o processamento da execução por carta precatória.

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

46. As Regras da Organização das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing), de 29 de novembro de 1985, sobre a idade da responsabilidade penal, assinale a alternativa que contém expressamente o que se vê junto ao documento.

- a) os Estados que adotarem as Regras de Beijing deverão aprovar lei interna que mantenha a idade da inimputabilidade penal acima dos 14 (quatorze) anos.
- b) a idade mínima que consta do documento, para a aplicação de medidas socioeducativas pelos Estados, é de 16 (dezesseis) anos.
- c) não há qualquer menção às faixas etárias e à responsabilidade penal.
- d) as Regras apresentam critérios para a fixação da faixa etária para a responsabilidade penal, sendo um deles, não ter sofrido medidas protetivas enquanto criança menor de 12 (doze) anos.
- e) encontra-se expresso nas Regras a premissa de que caberá aos sistemas jurídicos fixar faixa etária não muito baixa para a responsabilização, tendo em vista os fatores de maturidade emocional, mental e intelectual.

47. Os Princípios Norteadores da Organização das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios de Riad), de 1990, asseguram que os Governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens, devendo consagrar especial atenção a algumas diretrizes, à exceção de uma, assinale-a.

- a) Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem.
- b) Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens.
- c) Envolvimento dos jovens como participantes ativos e efetivos, em vez de meros objetos, no processo educativo.
- d) O Estado deve garantir a imposição de medidas disciplinares duras, excepcionando apenas os castigos corporais extremamente severos
- e) Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira.

d) supervisionar o desenvolvimento da medida.

e) a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 desta Lei.

49. Um agente público praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que o tipo de ação penal para os crimes previstos nessa lei é:

- a) Ação penal pública condicionada à requisição.
- b) Ação penal pública condicionada à representação.
- c) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.
- d) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- e) Ação Penal Pública incondicionada.

50. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que é possível a substituição da pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direitos. De acordo com a lei mencionada, são penas restritivas de direitos:

- a) Detenção.
- b) Reclusão.
- c) A prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública com perda de vencimentos e vantagens por um período de um mês a seis meses.
- d) Prisão simples.
- e) Multa.

LEIS ESPECIAIS

Antônio Pequeno

48. De acordo com a Lei nº 12.594/2012 (SINASE), compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, exceto:

- a) selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida.
- b) receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa.
- c) encaminhar o adolescente para o orientador credenciado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**REDAÇÃO OFICIAL***Luiz Felipe*

51. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), assinale a alternativa correta sobre o uso de pronomes de tratamento.

- a) O pronome “Vossa Excelência” deve ser usado para tratamento a autoridades como Presidente da República, Ministros de Estado e Senadores.
- b) O pronome “Vossa Senhoria” deve ser empregado sempre que se tratar de qualquer cidadão comum, em contextos informais.
- c) O pronome “Vossa Magnificência” é utilizado apenas para autoridades do Poder Judiciário.
- d) O pronome “Vossa Alteza” deve ser usado para todas as autoridades do Poder Executivo.
- e) O pronome “Vossa Santidade” é empregado para reis e rainhas em cerimônias protocolares.

52. O Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição) estabelece que a redação oficial deve ter como uma de suas características fundamentais:

- a) A busca de originalidade estilística, valorizando expressões literárias.
- b) O uso de linguagem subjetiva, que evidencia a opinião pessoal do redator.
- c) O emprego de linguagem coloquial, de modo a aproximar o texto do leitor.
- d) A impessoalidade, de forma que o texto represente o Estado e não a opinião individual.
- e) A valorização de expressões metafóricas, para dar maior beleza ao texto.

ARQUIVOLOGIA*Ricardo Campanario*

53. Documentos com alta frequência de uso e consulta devem:

- a) permanecer no arquivo corrente.
- b) ser imediatamente transferidos para o arquivo intermediário.
- c) ser imediatamente transferidos para o arquivo permanente.
- d) ser eliminados.
- e) ser encaminhados para custódia permanente.

54. Ao chegar ao protocolo, documentos considerados particulares devem:

- a) ser devolvidos ao remetente.
- b) ser encaminhados ao chefe do setor.
- c) ser copiados e, em seguida, encaminhados ao destinatário.
- d) ser apenas encaminhados ao destinatário, sem qualquer tipo de registro.
- e) ser encaminhados ao destinatário após registro no protocolo.

**DIREITO ADMINISTRATIVO - LEI Nº 12.527/11;
LEI Nº 13.460/17; LEI Nº 8.069/90 E RES
CONANDA 119/2006.***Herbert Almeida*

55. Com base na Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) o acesso a informações pessoais poderá ser autorizado a qualquer interessado, desde que não haja vedação expressa por parte do titular.
- b) a divulgação de informações pessoais, mesmo com previsão legal, exige sempre o consentimento expresso da pessoa a que se referirem.
- c) as informações relativas à intimidade e vida privada poderão ser divulgadas a terceiros quando forem necessárias ao cumprimento de ordem judicial.
- d) a restrição de acesso a informações pessoais poderá ser invocada para impedir a apuração de irregularidades, desde que não haja processo judicial em curso.
- e) o prazo máximo de restrição ao acesso de informações pessoais é de 50 anos, prorrogável por igual período.

56. Com base na Lei de Acesso à Informação, no que se refere à classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo, assinale a alternativa correta:

- a) as informações classificadas como ultrassecretas terão acesso restrito por até 100 anos.
- b) as informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente da República serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato.
- c) o prazo máximo de sigilo para informações classificadas como reservadas é de 10 anos.
- d) as informações que colocarem em risco a segurança de instituições e altas autoridades não poderão ser classificadas em nenhum grau de sigilo.
- e) a classificação de informação deve observar o interesse público e utilizar o critério menos restritivo possível.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

57. Carlos foi condenado criminalmente por um crime de apropriação indébita, com trânsito em julgado da sentença. Durante o cumprimento de sua pena em regime semiaberto, Carlos decidiu retomar sua vida profissional e prestou concurso público para o cargo de assistente técnico em uma fundação pública federal. Apesar de ter sido aprovado em todas as etapas do certame, sua nomeação foi questionada pela administração pública sob o argumento de que ele estaria com seus direitos políticos suspensos, nos termos do artigo 15, III, da Constituição Federal.

Diante dessa situação, e considerando a jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão dos direitos políticos impede a posse de Carlos no cargo público, pois a condenação criminal transitada em julgado é incompatível com o exercício de qualquer função pública.
- b) Carlos poderá ser nomeado e tomar posse no cargo, independentemente da natureza do crime praticado, pois o princípio da dignidade da pessoa humana garante o pleno acesso ao trabalho.
- c) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de Carlos, desde que o crime praticado não seja incompatível com as atribuições do cargo público para o qual foi aprovado.
- d) A nomeação e posse de Carlos dependerão exclusivamente de decisão administrativa da fundação pública, sem necessidade de análise pelo juízo das execuções penais.
- e) Carlos não poderá exercer o cargo público enquanto estiver cumprindo pena, mesmo que haja compatibilidade entre a infração penal praticada e as funções do cargo.

58. No que se refere ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

- a) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa ou extinção dos cargos vagos.
- b) É da competência do presidente da República julgar os pedidos de extradição de brasileiros naturalizados.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República, na abertura da sessão legislativa, enviar mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República, prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- e) Compete privativamente ao Presidente da República, vetar, apenas integralmente, projetos de lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL - CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS – DECRETO Nº 99.710 DE 22/11/1990. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – RESOLUÇÃO 217 A (III) ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – 10/12/1948. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS – 20/11/1959 – UNICEF – RATIFICADA PELO BRASIL EM 24 DE SETEMBRO DE 1990. DECRETO Nº 42.715 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010 – PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO GOVERNO DO ESTADO.

Lilian Novakoski

59. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela

Assembleia Geral da ONU em 1948, é correto afirmar que:

- a) Os direitos previstos podem ser suspensos em períodos de guerra, desde que por decisão da Assembleia Geral da ONU.
- b) Os direitos e liberdades da Declaração aplicam-se apenas aos cidadãos dos Estados-membros das Nações Unidas.
- c) Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, sendo esses direitos inalienáveis.
- d) A DUDH reconhece apenas direitos civis e políticos, não abrangendo direitos econômicos, sociais e culturais.
- e) A Declaração tem natureza de tratado internacional vinculante, obrigando os Estados independentemente de ratificação.

60. Nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710/1990, é correto afirmar que:

- a) A criança tem direito à educação, devendo o ensino primário ser obrigatório e gratuito, e o secundário e superior serem incentivados e acessíveis progressivamente.
- b) Os Estados-partes devem estimular a adoção internacional como primeira alternativa em relação a outras formas de cuidado da criança.
- c) Apenas os pais são titulares do dever de proteção da criança, não sendo admitida a intervenção do Estado.
- d) A Convenção limita-se a enunciar direitos, sem impor obrigações de adaptação legislativa aos Estados-partes.
- e) A Convenção não reconhece o direito da criança ao lazer, repouso e participação na vida cultural e artística.

ÉTICA - DECRETO Nº 43.583 DE 11 DE MAIO DE 2012 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.*Tiago Zanolla*

61. À luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor pode pleitear vantagem para si ou para outrem como condição para a prática de ato funcional, desde que não haja dano material.
- b) A assiduidade, cortesia, urbanidade e respeito à diversidade fazem parte dos deveres fundamentais do servidor.
- c) É permitido ao servidor retirar documentos do local de trabalho sem autorização, desde que devolvidos em até 48 horas.
- d) O servidor pode comparecer embriagado ao serviço em situações excepcionais, desde que autorizado por superior hierárquico.
- e) É dever do servidor observar a hierarquia funcional e jamais denunciar práticas indevidas.

62. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor pode procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito de qualquer pessoa, desde que haja motivo relevante.
- b) O servidor deve empenhar-se pela rápida solução dos casos que lhe forem apresentados, buscando sempre o interesse público e o bem comum.
- c) É permitido ao servidor alterar ou deturpar documentos, desde que mantenha a substância do ato administrativo.
- d) O servidor pode deixar de utilizar avanços técnicos e científicos pertinentes às suas funções, quando considerar que não são de aplicação imediata.

- e) O servidor pode ser conivente com conduta infrigente deste Código, desde que não seja beneficiado diretamente.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

63. Sobre os crimes de abuso de autoridade definidos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) a eventual divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura abuso de autoridade na modalidade culposa.
- b) o membro de Poder Legislativo não pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.
- c) a punição por conduta culposa é inadmissível nos tipos penais descritos como abuso de autoridade.
- d) os crimes de abuso de autoridade estão sujeitos à ação penal pública condicionada à representação, sendo descabida a ação penal privada subsidiária.
- e) a perda do cargo, mandato ou função pública é aplicável automaticamente como efeito da condenação, mesmo ao não reincidente em crimes de abuso de autoridade.

64. José, servidor público do DEGASE, faltando com seu dever jurídico de cuidado, fez que o veículo oficial que estava conduzindo colidissem com o veículo de Maisa, que se encontrava estacionado na via pública.

À luz da sistemática constitucional vigente, a ação de ressarcimento a ser ajuizada por Maisa em face do Estado será regida pela teoria:

- a) do risco social.
- b) do risco integral.
- c) civilista da culpa.
- d) do risco administrativo.
- e) subjetiva da responsabilização.

DIREITO ADMINISTRATIVO - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO DO RIO DE JANEIRO (DECRETO-LEI Nº 220/1975) E SEU REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979).*Fábio Ramos*

65. Dani, servidora pública ocupante do cargo de agente administrativo (DEGASE) do Estado do Rio de Janeiro, vai se casar e está programando sua lua de mel. Ao proceder à leitura do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220/1975), Dani verificou que, em razão do casamento, poderá se afastar por até:

- a) quinze dias, período considerado como efetivo exercício.
- b) cinco dias, período considerado como efetivo exercício.
- c) oito dias, período considerado como efetivo exercício.
- d) cinco dias, período considerado como efetivo exercício, exceto para promoção por merecimento.
- e) oito dias, período considerado como efetivo exercício, exceto para promoção por merecimento.

66. Sobre o tema “Direitos e Vantagens”, disposto no Decreto-Lei 220/1975, é correto afirmar que:

- a) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o funcionário estável será demitido.
- b) é permitido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- c) conceder-se-á licença por motivo de doença em pessoa da família, na forma estabelecida na legislação.
- d) não se concederá licença para trato de interesses particulares.
- e) conceder-se-á licença, com vencimento, para o desempenho de mandato eletivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO - REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓQUIO). REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE RECLUSOS (REGRAS DE NELSON MANDELA). DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL, 1990 (DIRETRIZES DA RIAD). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE – 1990.*Lilian Novakoski*

67. De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing, a formação e o tratamento dos menores colocados em instituição têm por objetivo:

- a) assegurar-lhes assistência, proteção, educação e formação profissional, a fim de os ajudar a desempenhar um papel construtivo e produtivo na sociedade.
- b) restabelecer a ordem e direito dos lesados pelos atos de delinquência.
- c) colocação em família substituta.
- d) satisfazer as necessidades da sociedade que deseja ver o mal punido.
- e) é previsto aos jovens institucionalizados os cuidados, a proteção e toda a assistência necessária social, educacional, profissional, psicológica, exceto médica.

68. Qual é um dos princípios-chave das Regras de Nelson Mandela para o tratamento de reclusos?

- a) Isolamento total como forma de punição.
- b) Restrição ao acesso à assistência legal.
- c) Acesso igualitário a cuidados de saúde de qualidade.
- d) Limitação do acesso à educação e oportunidades de treinamento.
- e) Ausência de proteção contra tratamento desumano ou degradante.

**LEI Nº 4.898/65 – LEI DE ABUSO DE
AUTORIDADE. LEI Nº 9.455/97 – LEI DE
TORTURA. LEI DO USUÁRIO DO SERVIÇO
PÚBLICO.**

Antônio Pequeno

69. Caso um agente do Degase pratique um crime de tortura, conforme a Lei nº 9.455/1997, e venha ser condenado, terá como efeito da condenação:

- a) A perda do cargo e ficará interditado pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- b) A perda do cargo e ficará interditado pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) A suspensão do cargo por um período de três anos.
- d) A suspensão do cargo por um período de dois anos.
- e) A suspensão do cargo por um período de quatro anos.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

70. O art. 1º do Código Penal estabelece que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Daí se pode extrair a necessidade de que a criminalização de determinada conduta e a cominação da respectiva pena estejam previstas em lei em sentido estrito, o que se amolda mais precisamente ao conceito jurídico do princípio:

- a) da anterioridade.
- b) da reserva legal.
- c) da ofensividade.
- d) da intranscendência da pena.
- e) da humanidade.

Discursiva

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos no combate à desinformação, especialmente no ambiente digital. As chamadas “*fake News*” afetam não apenas a política e a democracia, mas também a saúde pública, como ficou evidente durante a pandemia de Covid-19. A disseminação de conteúdos falsos por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas coloca em risco a confiança da população nas instituições e compromete a construção de uma sociedade informada e crítica. Nesse contexto, a educação midiática e a regulação responsável das plataformas digitais surgem como alternativas fundamentais para enfrentar o problema.

Com base no texto motivador e em seus próprios conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Os desafios do Brasil no combate à desinformação e às fake news".

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
